

Áreas trabalhista e tributária dominam ações e recursos de empresas

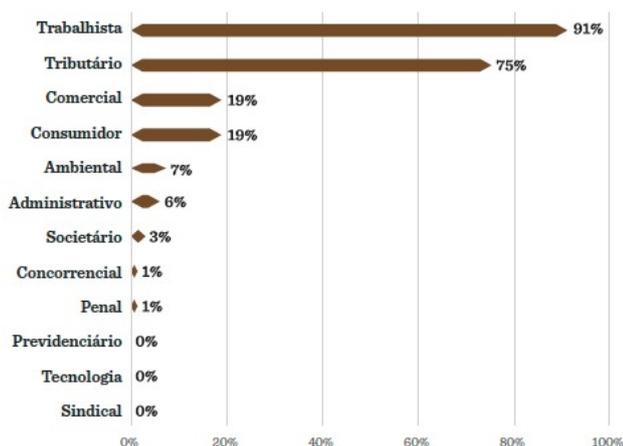
As áreas trabalhista e tributária são as responsáveis pelos maiores volumes de processos e as que recebem mais recursos dos departamentos jurídicos de empresas. É o que mostra a pesquisa *Jurídico S.A.*, encomendada pela Torre Comunicação e feita pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPad) com 100 diretores jurídicos (ou cargos equivalentes) da lista *Valor 1000*, do jornal *Valor Econômico*.

ÁREA PREDOMINANTE EM VOLUME DE TRABALHO

vidade neste sábado (7/9). O levantamento completo 9h30, em São Paulo.



E em volume de processos, quais são atualmente as três maiores áreas?



O campo trabalhista foi apontado por 91% dos

executivos como o que tem maior volume de processos em sua empresa. Em segundo lugar ficou o tributário, indicado por 75% dos diretores jurídicos. Bem abaixo aparecem as ações comerciais e de Direito do Consumidor (ambas com 19% de menções), ambientais (7%), administrativas (6%), societárias (3%), concorrenciais e penais (as duas com 1%).

Da mesma forma, a área trabalhista foi indicada como uma das três que mais recebem recursos da companhia por 76% dos executivos. Novamente, o segundo lugar ficou com o campo tributário, apontado por 68% dos diretores.

Os outros setores que mais recebem investimentos são comercial (39% de citações), ambiental (28%), administrativo (13%), de Direito do Consumidor (12%), concorrenciais (4%), penal (3%), previdenciário

e sindical (ambos com 2%) e tecnologia (1%).

Olhos no futuro

Os diretores também foram perguntados sobre como a empresa enxerga o departamento jurídico em 10

anos. Deu 38% de respostas que estarão mais informatizadas e 18% para 18%, mais automatizado. Outros 31%

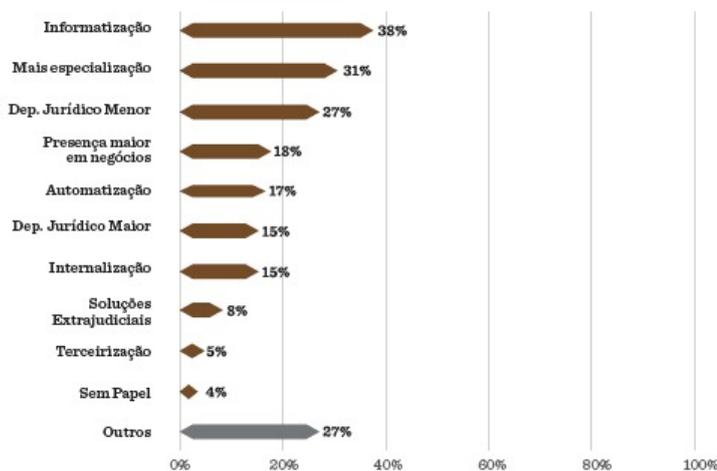
PERSPECTIVA EM 10 ANOS

preveem que ela terá maior importância nos



*Como a empresa vislumbra que será
o departamento jurídico em 10 anos?*

Questão aberta



A questão do tamanho do departamento

jurídico dividiu os entrevistados: 27% acreditam que ela será menor, ao passo que 15% creem que será maior. O mesmo percentual de executivos disse que as demandas devem ser mais internalizadas. Já 5% opinam que haverá maior terceirização para bancas.

Além disso, os executivos foram instados a dar uma nota de zero a 10 (sendo zero uma péssima impressão e 10 uma ótima) aos fatores que influenciam na contratação de um escritório de advocacia. O fato de os advogados da firma terem pós-graduação e a boa reputação dela receberam nota nove.

Com oito, estão pontos como a capacidade de a banca de manter, cobrar um valor razoável, ter profissionais renomados, e a relação de confiança com executivos da empresa.

A exposição negativa do escritório na imprensa, ainda que pontual, não conta tanto para os diretores jurídicos: recebeu nota quatro.

Date Created

07/09/2018